

# Progressos, desafios e papel da China na governança global da inteligência artificial

Progress, challenges, and China's role in global artificial intelligence governance

Lang Ping\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.174.009>

<https://asean.org/>



O primeiro-ministro da China, Li Qiang, na abertura da Conferência Mundial de Inteligência Artificial, Xangai, julho de 2025

## RESUMO

Como tecnologia estratégica que lidera uma nova rodada de revolução tecnológica e transformação industrial, a inteligência artificial oferece enormes oportunidades para o avanço da sociedade humana, mas também introduz riscos e desafios significativos à segurança das sociedades e nações. Nesse cenário, é preciso buscar consensos que permitam a criação de mecanismos amplos de governança dessa tecnologia. Este ensaio discute formas de maximizar o potencial de desenvolvimento da IA em nível global, ao mesmo tempo que se busca estabelecer um marco eficaz de governança internacional.

**Palavras-chave:** Inteligência artificial. Governança internacional. Segurança nacional. China.

## ABSTRACT

As a strategic technology leading a new round of technological revolution and industrial transformation, artificial intelligence offers enormous opportunities for the advancement of human society, but it also introduces significant security risks and challenges for societies and nations. In this context, it is necessary to seek broad consensus that can enable the creation of comprehensive mechanisms for governing this technology. This essay discusses ways to maximize AI's development potential at the global level while working to establish an effective framework for international governance.

**Keywords:** Artificial intelligence. International governance. National security. China.

## INTRODUÇÃO

A inteligência artificial (IA) é a nova arena do desenvolvimento tecnológico humano e uma das mais preocupantes questões de governança global na atualidade. Nos últimos anos, as tecnologias de IA generativa progrediram e suas perspectivas de aplicação em larga escala tornaram-se cada vez mais promissoras, aproximando-nos da inteligência artificial geral, que pode permitir que as máquinas pensem e ajam como humanos.

Como tecnologia estratégica que conduz uma nova rodada da revolução tecnológica e da transformação industrial, a IA oferece enormes oportunidades para o avanço das sociedades, mas também apresenta riscos e desafios significativos à segurança. A maximização do potencial de desenvolvimento da IA em termos globais, aliada ao estabelecimento de uma estrutura de governança internacional eficaz, tornou-se foco de preocupação ao redor do mundo.

## PROGRESSO NA GOVERNANÇA GLOBAL DA IA

A comunidade internacional começou a se concentrar na questão da governança da IA por volta de 2010, quando a Unesco e a União Internacional de Telecomunicações (UIT) avaliaram o impacto da IA na educação, cultura, ética e telecomunicações. No entanto, o tema não entrou formalmente na agenda global até 2017, quando a UIT e a Fundação XPrize organizaram a primeira Cúpula Global de IA para o Bem, no intuito de promover por meio dessa tecnologia os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Naquele mesmo ano, o relatório do secretário-geral da organização incluiu pela primeira vez a IA na agenda relativa à governança global. Em 2018, a ONU estabeleceu o Painel de Alto Nível sobre Cooperação Digital, solicitando cooperação internacional na governança da IA. Em 2019, a Unesco formulou a primeira “Recomendação sobre ética da inteligência artificial”, formalmente adotada em novembro de 2021. Foi também em 2019 que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Grupo dos 20 (G20) divulgaram seus primeiros princípios sobre a IA. Após grandes avanços alcançados acerca da IA generativa em 2022, o processo de governança global sobre a inteligência artificial se acelerou.

A ONU desempenhou um papel de liderança em tal processo. Durante o primeiro debate aberto do seu Conselho de Segurança sobre IA, realizado em julho de 2023, o secretário-geral António Guterres declarou que a ONU é o “lugar ideal” para definir padrões e abordagens globais para a governança da IA, e acolheu os apelos para a criação de uma nova entidade da organização para normatizar a IA. O objetivo geral desse novo órgão seria maximizar os benefícios da IA para os países, mitigar os riscos existentes e potenciais e estabelecer e administrar mecanismos de monitoramento e governança acordados internacionalmente.

Em outubro de 2023, Guterres anunciou a criação do Órgão Consultivo de Alto Nível sobre IA, para reunir as iniciativas de governança de IA já apresentadas ou emergentes. Em março e julho de 2024, a Assembleia Geral da ONU adotou as resoluções “Aproveitamento de oportunidades de sistemas de inteligência artificial seguros, protegidos e confiáveis para o desenvolvimento sustentável” e “Aprimoramento da cooperação internacional na capacitação em inteligência artificial”. Mais tarde, em setembro, a Cúpula do Futuro da ONU

A IA tornou-se um campo de batalha essencial entre grandes potências, e a intensificação da concorrência entre elas pode dificultar ainda mais um consenso sobre a governança global da inteligência artificial. A IA tem papel estratégico na construção do poder e competitividade de um país, atuando como uma força significativa para a evolução da ordem internacional e a remodelagem do cenário global

aprovou o “Pacto digital global”, fazendo do “fortalecimento da governança internacional da IA para o benefício da humanidade” um de seus cinco objetivos principais. Em março de 2025, a organização emitiu os “Termos de referência e modalidades para o estabelecimento e funcionamento do painel científico internacional independente sobre inteligência artificial” e o “Diálogo global sobre governança da inteligência artificial: versão zero”, definindo a estrutura e as funções do painel e estabelecendo o diálogo global sobre governança da inteligência artificial como uma plataforma intergovernamental e multissetorial para facilitar discussões abertas, transparentes e inclusivas sobre governança da IA. Além disso, a “Ética da inteligência artificial” proposta pela Unesco conquistou o apoio de mais de 50 países e a UIT realizou sete edições globais consecutivas da Cúpula Global de IA para o Bem, fornecendo uma plataforma importante para que as partes interessadas trocassem opiniões.

Outras organizações intergovernamentais têm se envolvido ativamente em iniciativas relacionadas à IA. Em 2023, o Grupo dos Sete (G7) lançou o “Processo de IA de Hiroshima”, solicitando colaboração com a Parceria Global sobre IA, a OCDE, os países em desenvolvimento e as economias emergentes, no intuito de acelerar a criação de uma estrutura de governança inclusiva e focada no ser humano. No mesmo ano, os membros da OCDE aprovaram sua nova definição de *sistema de IA*, a qual, assim como a de *ciclo de vida da IA*, tornou-se referência fundamental para a formulação de políticas globais sobre o tema. Um ano depois, a OCDE divulgou a atualização dos seus “Princípios de IA”, enfatizando a importância de proteger a privacidade, a propriedade intelectual, a segurança e a integridade das informações no contexto do rápido desenvolvimento da IA generativa, e solicitando uma estrutura de governança global interoperável acerca da inteligência artificial.

Na Cúpula do G20 de 2023, em Nova Déli, as lideranças presentes reafirmaram o compromisso de “aproveitar a IA para o bem público, resolvendo desafios com base no foco no ser humano”. Já a “Declaração dos líderes” do G20 no Rio de Janeiro integrou a IA à agenda de “reforma institucional da governança global” e estabeleceu uma força-tarefa sobre IA para 2025.

Em julho de 2024, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) publicou a “Declaração de Astana”. Os Estados-membros da OCX atribuíram grande importância ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias de IA, prontificando-se a trabalhar conjuntamente na prevenção dos riscos associados à tecnologia, a fim de garantir que ela beneficie toda a humanidade.

Antes, em 2023, os Brics haviam decidido estabelecer um grupo de estudos de IA para promover a formação de estruturas de governança de IA e normas-padrão com amplo consenso.

A governança global da segurança da IA ganhou ampla participação da comunidade internacional. Em novembro de 2023, a primeira Cúpula de Segurança da IA, realizada no Reino Unido, adotou a pioneira declaração internacional sobre governança global da IA, a “Declaração de Bletchley”, que exorta os países a compartilharem recursos e tarefas para garantir a segurança de todos os seres humanos e estabelecerem um mecanismo visando à proteção e à administração do desenvolvimento e implementação de sistemas de IA de ponta.

Em maio de 2024, a Cúpula da IA adotou a “Declaração de Seul” e a “Declaração de intenções de Seul para a Cooperação Internacional em Ciência da Segurança da IA”, afirmando que a segurança, a inovação e a inclusão são objetivos inter-relacionados e instando as nações a impulsionar essa IA focada no ser humano para dar respostas às dificuldades que o mundo enfrenta.

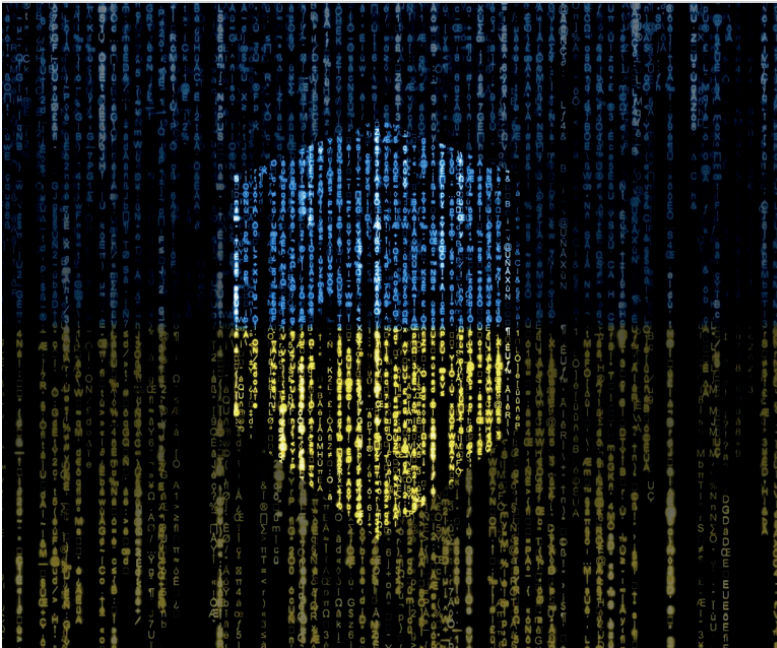
Em fevereiro de 2025, a Cúpula de Ação da IA, realizada em Paris, reafirmou prioridades como o aprimoramento da acessibilidade a essa tecnologia, a construção de uma estrutura de governança global para todos, a promoção da inovação e do desenvolvimento impulsionados pela IA e a implantação de uma inteligência artificial que molde positivamente o futuro do trabalho e dos mercados de trabalho, tornando-a sustentável para as pessoas e para o planeta e reforçando a cooperação internacional para promover a coordenação na governança internacional. Sessenta países e organizações internacionais assinaram a “Declaração sobre inteligência artificial inclusiva e sustentável para as pessoas e o planeta”. Lamentavelmente, os EUA e o Reino Unido não subscreveram o documento.

## DESAFIOS ENCONTRADOS NA GOVERNANÇA GLOBAL DA IA

A prevenção e o enfrentamento dos riscos de segurança gerados pela inteligência artificial são objetivos compartilhados pela comunidade internacional. A IA ainda se encontra no início de seu ciclo de vida, ou seja, na fase de inovação e desenvolvimento, com vasto potencial e incertezas inerentes. Ao mesmo tempo, a intensificação da competição entre grandes potências em um mundo que passa por mudanças inéditas há mais de um século transformou a IA, uma tecnologia estratégica, em ponto-chave da rivalidade tecnológica. Tudo isso cria desafios crescentes e abre um longo caminho para a governança global da IA.

Apesar do rápido avanço, a IA ainda não tem aplicação ampla, e sua regulamentação é continuamente atualizada pelos países, o que aumenta a incerteza de se chegar a um consenso sobre a governança global a respeito do tema. Atualmente, a revolução digital impulsionada pela IA demonstra claramente uma tendência de integração tecnológica, já que vem promovendo inovação e avanços em muitos outros campos. Como resultado, desenvolver todo o potencial da IA tornou-se uma das prioridades dos governos na formulação de regulamentações e políticas públicas.

Gemini



“A crise na Ucrânia tornou-se um laboratório para a IA. Tal tecnologia tem sido amplamente aplicada em áreas como guerra cognitiva, guerra de inteligência, drones, sistemas de apoio a decisões e confrontos cibernéticos”

A União Europeia, líder de longa data em proteção da privacidade e capacidade regulatória, capitaneou o estabelecimento de padrões globais de dados por meio do “Regulamento geral sobre a proteção de dados”. Em 2024, o bloco introduziu o primeiro arcabouço jurídico abrangente do mundo para IA, a Lei de Inteligência Artificial da UE. No entanto, na Cúpula de Ação da IA, realizada em Paris em fevereiro de 2025, Henna Virkkunen, vice-presidente-executiva da Comissão Europeia, anunciou que a UE tinha começado a flexibilizar as regulamentações de IA para promover a inovação tecnológica.

Nos EUA, desde que assumiu o cargo de presidente, Trump demonstrou claramente sua oposição à regulamentação excessiva da IA. Na Cúpula de Ação, o vice-presidente dos EUA, J. D. Vance, advertiu que exageros regulatórios poderiam destruir uma indústria transformadora nascente, e prometeu esforços dos EUA para incentivar o desenvolvimento da inteligência artificial, considerando prioridades políticas a inovação e as disputas de poder impulsionadas pela IA. Dada a inovação e o desenvolvimento contínuos da inteligência artificial, a significativa mudança de atitude dos países em relação à sua regulamentação, especialmente a tendência à flexibilização das normas, certamente terá impactos profundos na governança global da IA.

A IA tornou-se um campo de batalha essencial entre grandes potências, e a intensificação da concorrência entre elas pode dificultar ainda mais um consenso sobre a governança global da inteligência artificial. A IA tem papel estratégico na construção do poder e competitividade de um país, atuando como uma força significativa para a evolução da ordem internacional e a remodelagem do cenário global. Em novembro de 2023, o relatório “IA e geopolítica: como a IA pode afetar a ascensão e a queda das nações?”, lançado pela Rand Corporation, uma instituição de pesquisa dos EUA, afirma que o poder das nações pode aumentar ou diminuir a depender de como elas aproveitem e gerenciem o desenvolvimento da IA, e tal desenvolvimento terá enorme importância para dar forma ao mundo futuro.

Os EUA, a principal potência de IA da atualidade, veem essa competição como uma “corrida econômica e geopolítica de alto risco”. Em janeiro de 2025, o presidente Trump anunciou o Projeto Stargate, prometendo investir US\$ 500 bilhões em IA nos próximos quatro anos para consolidar a liderança dos EUA no setor.

Na Cúpula de Ação da IA, em fevereiro de 2025, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a iniciativa InvestAI, versão europeia do Stargate, com o objetivo de incluir a Europa entre as lideranças em tecnologia de inteligência artificial.

O lançamento do DeepSeek pela China e seu modelo de IA em larga escala provocaram forte reação dos EUA e de outros países ocidentais, aumentando ainda mais as tensões entre as grandes potências. O site *The Diplomat* e o *The Washington Post* apelidaram a estreia do DeepSeek de “momento Sputnik” dos EUA no âmbito da IA, insinuando não só o papel de liderança da China no desenvolvimento global da tecnologia de código aberto, mas também a possibilidade de o país reescrever as regras da corrida no setor.

A acadêmica francesa Asma Mhalla assevera que o DeepSeek pôs em evidência o confronto EUA-China e serve como alerta para as ambições da Europa em relação à inteligência artificial. À medida que mais potências entram na corrida da IA, as visões contraditórias dos países a respeito de tal tecnologia aprofundam as divisões internacionais e desencadeiam novos confrontos geopolíticos, tornando cada vez mais distante a fixação de regras globais unificadas sobre IA.

Os riscos à segurança nacional representados pela inteligência artificial complicam ainda mais os esforços para promover a governança global. Embora as ameaças representadas pela futura inteligência artificial geral possam motivar intensamente a criação de consenso e governança globais no setor, a prioridade atual é salvaguardar a segurança nacional. Por um lado, campanhas de desinformação e ataques cibernéticos automatizados são onipresentes, representando um desafio comum de prevenção e mitigação das ameaças à segurança criadas pela IA. Por outro lado, novos usos militares estão remodelando a guerra e introduzindo incertezas em um cenário geopolítico já complexo. Por exemplo, a crise na Ucrânia tornou-se um laboratório para a IA. Tal tecnologia tem sido amplamente aplicada em áreas como guerra cognitiva, guerra de inteligência, *drones*, sistemas de apoio a decisões e confrontos cibernéticos.

Dado que a IA é fácil de usar e pode se disseminar rapidamente, a ameaça que representa à segurança nacional pode eclipsar até mesmo a das armas nucleares. Os usos militares da inteligência artificial dizem muito sobre a intensa competitividade e confronto na área da segurança. Os formuladores de políticas, portanto, devem buscar vantagens sem produzir um dilema de segurança. Consequentemente, o fortalecimento da competitividade nacional e do poder de dissuasão muitas vezes tem precedência, mas isso enfraquecerá em grande parte a iniciativa dos Estados de se envolverem na governança global da IA.

## O PAPEL DA CHINA NA GOVERNANÇA GLOBAL DA IA

Como segunda maior economia do mundo e potência em IA, a China tem consistentemente participado da governança global no setor e ajudado a conduzi-la. Em outubro de 2023, o presidente Xi Jinping divulgou a “Iniciativa global para governança de IA” na cerimônia de abertura do terceiro Fórum Cinturão e Rota para Cooperação Internacional,

Flickr



A primeira Cúpula Global de IA para o Bem (AI for Good Global Summit) foi realizada em 2017 em Genebra, na Suíça, e desde então acontece anualmente

traçando o caminho da China para se engajar ativamente na governança global da IA. Em abril de 2025, Xi Jinping enfatizou em uma conferência a necessidade de: expandir a cooperação internacional em inteligência artificial; ajudar os países do Sul Global a fortalecerem sua capacidade tecnológica; envidar esforços para reduzir a desigualdade global em IA. Ele apelou a todas as partes para combinarem o mais rápido possível estratégias de desenvolvimento, regras de governança e padrões técnicos para estabelecer estruturas e normas globais largamente reconhecidas.

A China está implementando ativamente a “Iniciativa global para governança de IA” e promovendo extenso intercâmbio e cooperação prática na governança global do setor — esforços amplamente aclamados pela comunidade internacional. A iniciativa aborda o desenvolvimento, a segurança e a governança da IA e apresenta as seguintes sugestões: defender uma abordagem centrada nas pessoas e aderir ao princípio de desenvolver a tecnologia para o bem, a fim de que a IA se desenvolva sempre em prol do progresso da civilização humana; defender os princípios de igualdade, respeito e benefício mútuos no desenvolvimento da IA, refutando a criação de divisões ideológicas e a formação de grupos exclusivos que impeçam outros países de desenvolver sua própria tecnologia; promover o estabelecimento de um sistema de testes e avaliação baseado nos níveis de risco da IA, de modo a tornar as tecnologias do setor mais seguras, confiáveis, controláveis e equitativas; desenvolver estruturas, normas e padrões de governança da IA com base em amplo consenso e total respeito às diferenças políticas e práticas entre os países; apoiar as discussões no âmbito da ONU com vistas a estabelecer uma instituição internacional dedicada a gerir a IA; conduzir a cooperação internacional e fornecer assistência aos países em desenvolvimento para eliminar sua defasagem em IA e em capacidade de governança.

A China há muito defende o desenvolvimento inclusivo da IA, compartilhando tecnologias de código aberto, melhorando a acessibilidade aos serviços e permitindo que todas

Dado que a IA é fácil de usar e pode se disseminar rapidamente, a ameaça que representa à segurança nacional pode eclipsar até mesmo a das armas nucleares

as nações compartilhem desses benefícios. A iniciativa reflete tanto a responsabilidade da China como líder em IA quanto seu espírito cooperativo, na qualidade de maior país em desenvolvimento do mundo.

A China tem participado ativamente do processo de governança global da IA, frequentemente como líder, visando reduzir a desigualdade global nessa área. Sempre defendendo a posição de que a ONU exerça forte papel na governança da IA, o país promove a cooperação no quadro interno da organização, envolvendo-se profundamente em discussões sobre a ética da tecnologia, formulando padrões técnicos em organizações como a Unesco, a UIT e a ISO e se empenhando para que a ONU fortaleça a cooperação internacional no que se refere à capacitação em IA.

Em julho de 2024, a China apresentou a resolução “Aprimoramento da cooperação internacional na capacitação em inteligência artificial”, aprovada por consenso na Assembleia Geral da ONU. Em setembro de 2024, lançou o “Plano de ação de capacitação em IA para o bem e para todos”, delineando “Cinco visões” e “Dez ações” e propondo a formação do Grupo de Amigos para Cooperação Internacional em Capacitação em IA. A convite, o país também participou de cúpulas sobre IA realizadas em Bletchley Park, Seul e Paris, assinando as declarações de cada encontro com uma atitude altamente responsável.

Ademais, a China tem fomentado o intercâmbio internacional de IA para estimular a cooperação bilateral e regional. Em maio de 2024, os governos francês e chinês emitiram uma declaração conjunta sobre IA e governança global, concordando que a promoção do desenvolvimento e da segurança da IA e a instituição de uma governança internacional apropriada são cruciais. O país asiático atribui grande importância ao compartilhamento de oportunidades digitais com outras nações do Sul Global, cooperando quanto a discussões sobre IA na Rota da Seda Digital, nos Brics, no Fórum de Cooperação China-África e nos mecanismos China-Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Em julho de 2024, o Centro de Desenvolvimento e Cooperação em IA China-Brics foi lançado e, em janeiro de 2025, inaugurou-se em Xangai a base operacional do centro, que visa promover a colaboração tecnológica e industrial entre as nações do Brics. Em abril de 2025, a China e países como Vietnã e Camboja assinaram acordos intergovernamentais envolvendo a cooperação em IA.

A China aproveita plataformas de governança global para promover uma estrutura unificada de governança da inteligência artificial. Em julho de 2024, a Conferência Mundial de IA e a Reunião de Alto Nível sobre Governança Global de IA emitiram a “Declaração de Xangai sobre governança global de IA”, que conclama todos os países a adotarem uma abordagem centrada nas pessoas e a aderirem ao princípio da IA para o bem, garantindo segurança, confiabilidade, controlabilidade e justiça no desenvolvimento da tecnologia e incentivando seu aproveitamento para impulsionar o desenvolvimento da sociedade humana.

Recomendações concretas para aprimorar a cooperação internacional em IA também foram apresentadas. Em 2023, a Conferência Mundial da Internet (CMI) estabeleceu um grupo de trabalho sobre a IA e publicou o “Relatório de pesquisa e consensos sobre desenvolvimento de inteligência artificial generativa responsável”, seguindo-se a formação de um comitê especializado em novembro de 2024. Ainda em 2024, o “Relatório de pesquisa sobre governança global da IA” foi apresentado no subfórum Normas Internacionais no Ciberespaço: Prática e Exploração, da Cúpula de Wuzhen, da CMI. O documento detalha o cenário atual, trata de questões-chave como a construção de sistemas e propõe as “Dez agendas” sobre governança global de IA, bem como os objetivos, princípios e abordagens de um sistema eficaz de governança global do setor.

## CONCLUSÃO

Dado que o cenário digital está em constante evolução, a governança global da IA continuará sendo uma questão central para a comunidade internacional, mas seu futuro está longe de ser conhecido. Por um lado, a trajetória do desenvolvimento da IA permanece indefinida, e, portanto, não há uma determinação definitiva sobre a abrangência da governança global da IA. Se os avanços tecnológicos estagnarem, a governança provavelmente se concentrará na capacitação, na redução das diferenças em torno da IA e no gerenciamento de riscos de segurança com base em seu desenvolvimento e aplicação atuais. Por outro lado, a intensificação dos conflitos geopolíticos e das rivalidades entre grandes potências afetará diretamente o progresso da IA. Da crise na Ucrânia aos conflitos no Oriente Médio e as escaramuças transfronteiriças entre a Índia e o Paquistão, uma certa inquietação persiste em todo o mundo. Com um ambiente de segurança cada vez mais complexo e uma coordenação insuficiente entre as principais potências, as ações coletivas sobre a governança global da IA serão ineficientes — especialmente considerando o duplo uso, civil e militar, que a tecnologia possibilita.

Dito isso, caso a comunidade internacional se una com base nos preceitos da igualdade e do respeito mútuo, defendendo uma visão de governança global da IA com ampla consulta e contribuição conjunta para benefícios compartilhados, adotando uma abordagem centrada nas pessoas e aderindo ao princípio da IA para o bem, então as certezas se firmarão e poderemos desenvolver as tecnologias de inteligência artificial juntos e para o benefício de todos.

\* Lang Ping é pesquisador associado no Instituto de Economia e Políticas Mundiais da Academia Chinesa de Ciências Sociais.

Texto originalmente publicado na versão em inglês na revista chinesa *Mundo Contemporâneo*. Tradução gentilmente realizada pelo prof. Cristhiano Duarte (UFBA/Brasil e Chapman University/EUA), membro do Conselho Editorial de *Princípios*. Revisão de Ramiro Torres.

► Texto recebido em 21 de agosto de 2025; aprovado em 23 de agosto de 2025.